

4º Encontro Empresarial Brasil-UE

4th EU-Brazil Business Summit

Parceria Brasil-UE: Estratégias de Cooperação para Promoção de Negócios

DECLARAÇÃO CONJUNTA

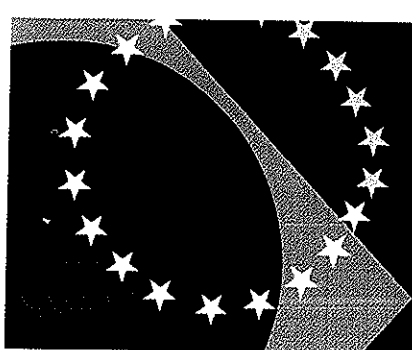
Brasília, DF, 14 de julho de 2010

No quarto Encontro Empresarial Brasil-UE, em 14 de Julho de 2010, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e BUSINESSEUROPE, a Confederação das Empresas Europeias, aprovaram uma agenda pragmática e ambiciosa, que visa promover as relações comerciais e de investimento e a cooperação em áreas vitais das nossas economias, como energia e mudança do clima. A CNI e a BUSINESSEUROPE, reafirmam seu compromisso com os programas e objetivos da Parceria Estratégica Brasil-UE, instrumento fundamental para o aperfeiçoamento e aprofundamento das relações econômicas bilaterais. Empresários brasileiros e europeus estão empenhados em manter o crescimento e a dinâmica das relações econômicas.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICA

Os empresários brasileiros e europeus estão preocupados com a evolução recente da economia global. Após sinais bastante favoráveis de recuperação no final de 2009 e início do corrente ano, a situação econômica internacional voltou a piorar alimentada pela situação de deterioração fiscal de países membros da UE, o fim dos programas de estímulo fiscal, alta acentuada de preços de matérias-primas, etc. Os setores empresariais de Brasil e da União Européia apoiaram as medidas contra-cíclicas adotadas em 2008 e 2009 pelos governos e bancos centrais para estabilizar os mercados financeiros e atenuar os impactos da crise sobre os níveis de produção e emprego. Da mesma forma, apóiam hoje os esforços de governos em todo o mundo para melhorar a qualidade do gasto público, encorajando uma recuperação sustentada do crescimento “puxado” pelo setor privado e mantendo um gerenciamento rigoroso dos déficits fiscais.

A crise destaca o papel do multilateralismo como instância de negociação e de coordenação das ações das principais economias do mundo. Empresários brasileiros e europeus instam seus governos a apoiar todos os esforços, na esfera multilateral e no âmbito do G20, para aumentar o grau de coordenação e cooperação nas respostas aos problemas e desequilíbrios que ainda caracterizam a economia internacional e para resistir ao protecionismo. 2009 foi um ano difícil para a economia mundial, como está refletido nas estatísticas do comércio entre a UE e o Brasil. O comércio bilateral caiu 24% em 2009 comparado a 2008, revertendo a tendência observada até então. Investimentos diretos europeus caíram significativamente em 2008 e, apesar de aumento em 2009, ainda é inferior aos números de 2007.



4º Encontro Empresarial Brasil-UE

4th EU-Brazil Business Summit

O estoque total de IED, em forte crescimento entre 2006-07, diminuiu em € 2 bilhões em 2008. O estoque de IED brasileiro na UE27 triplicou entre 2006-08, mas os fluxos de IED do Brasil para EU27 diminuíram substancialmente em 2008-09.

Por outro lado, os dados de comércio relativos ao primeiro trimestre de 2010 indicam uma forte recuperação dos fluxos bilaterais, principalmente do lado das exportações europeias para o Brasil. É provável que este crescimento se mantenha ao longo do ano, em função da desvalorização do euro e da adoção de políticas fiscais restritivas pelas maiores economias europeias. Estes mesmos fatores devem reduzir o dinamismo e recuperação dos fluxos de exportação do Brasil para a União Europeia ao longo dos próximos meses.

2. ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-UE

MERCOSUL e União Europeia devem buscar concluir o acordo birregional de livre comércio, sem sacrificar os objetivos de ambição e equilíbrio.

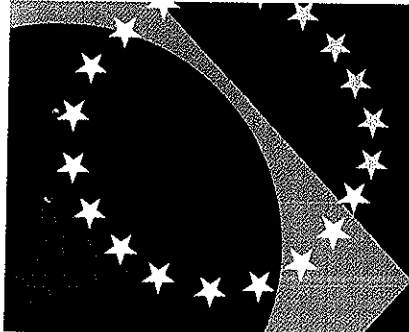
O processo de negociação de um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia foi retomado em maio deste ano, após quase seis anos de paralisação. Empresários brasileiros e europeus receberam com satisfação a notícia do relançamento das negociações. O setor privado reitera seu apoio um Acordo de Livre Comércio ambicioso e equilibrado que contribua para o crescimento econômico e o bem-estar das nossas sociedades.

Desde 1999, o Foro Empresarial Mercosul-União Europeia vem formulando e divulgando recomendações específicas sobre todas as áreas relevantes das negociações. Neste contexto, os representantes empresariais brasileiros e europeus foram capazes de superar suas divergências para produzir recomendações conjuntas em áreas tão distintas como: liberalização tarifária, barreiras não-tarifárias, tratamento especial e diferenciado, serviços, investimentos, entre várias outras.

As duas partes devem adotar uma abordagem pragmática para encontrar meios de alcançar um resultado ambicioso, bem como viável, mantendo todas as opções sobre a mesa. Nesse sentido, a Parceria Estratégica deve continuar a expandir e aprofundar o seu conteúdo empresarial.

3. Multilateralismo

Brasil e União Europeia devem apoiar as iniciativas para manter o sistema de comércio mundial aberto sob regras multilaterais



4º Encontro Empresarial Brasil-UE

4th EU-Brazil Business Summit

A crise de 2008 não mostrou um significativo ressurgimento do protecionismo comercial. Isso se deveu, em grande parte, à supervisão internacional através do G20 e da OMC. No entanto, novas turbulências que abalaram a economia mundial em 2010, nos obrigam a permanecer vigilantes em relação ao protecionismo.

Empresários brasileiros e europeus apóiam seus governos nos esforços globais para resistir às pressões protecionistas e renovar o compromisso das principais economias do mundo, com a manutenção de um sistema aberto de comércio global no âmbito da OMC. Apóiam também, fortemente, os esforços para reduzir progressivamente os incentivos adotados em reação à crise de 2008, que podem distorcer o comércio e contribuir para a deterioração do ambiente político em que evolui o comércio internacional.

Embora a conclusão da Rodada Doha em 2010, hoje, pareça um objetivo difícil de ser alcançado, os empresários brasileiros e europeus instam seus governos a manter este objetivo entre as mais altas prioridades de suas agendas externas para 2011. Um acordo multilateral ambicioso e equilibrado, capaz de gerar novas oportunidades de acesso a mercados em bens agrícolas, não agrícolas e em serviços, e de aprimorar as regras comerciais na área de dumping e subsídios, é um componente fundamental do ambiente institucional global requerido para a superação da crise.

4. INVESTIMENTOS

Os investimentos desempenham historicamente um papel central nas relações bilaterais entre o Brasil e a União Européia, que tem sido, ao longo dos anos, o principal investidor externo no Brasil. No período imediatamente anterior à crise - o biênio 2007/2008 - a UE respondeu por cerca de 50% dos investimentos diretos no país. Por outro lado, a União Européia tende a ser um destino crescentemente relevante dos investimentos das transnacionais brasileiras.

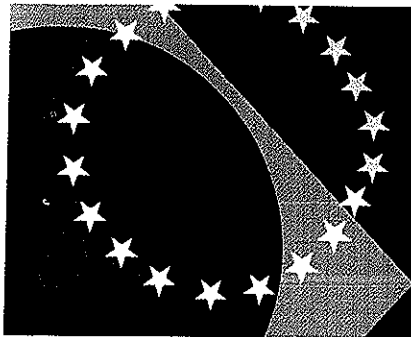
Os investimentos europeus diversificaram-se significativamente, em termos de setores de destino e países de origem dos fluxos, a partir dos anos 90.

Naquela década, emergiram com destaque os investimentos em serviços de infraestrutura, em energia, telecomunicações, finanças e transporte. Na década atual, ocorre nova diversificação, em direção a setores intensivos em recursos naturais, como mineração e siderurgia, petróleo e gás, entre outros.

Os investimentos constituirão mais e mais o principal vetor de aprofundamento das relações econômicas bilaterais. No entanto, para aproveitar este

BUSINESSEUROPE





4º Encontro Empresarial Brasil-UE

4th EU-Brazil Business Summit

potencial, as empresas brasileiras e européias necessitam encontrar um ambiente de investimento favorável a novos negócios. Para tanto, é imperativo que o ambiente regulatório e tributário seja aperfeiçoado, tanto no Brasil como na União Européia.

O Conselho Brasil-UE de Investimentos e Tributos deve ser o foco central dos esforços bilaterais para resolver as principais dificuldades na área tributária.

A instalação, em junho de 2010, do Conselho Brasil-UE de Investimentos e Tributos concretiza um objetivo definido pelos empresários brasileiros e europeus no seu 3º Encontro, em Estocolmo, em setembro de 2009.

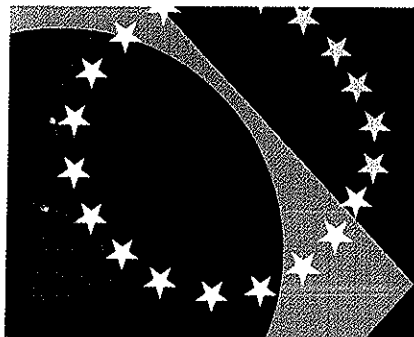
Na primeira reunião do Conselho, foi identificada uma série de obstáculos que afetam negativamente os investimentos bilaterais e, em particular, aqueles dirigidos ao Brasil. Entre eles, destacam-se as dificuldades relacionadas à legislação brasileira de preços de transferência e à elevada carga tributária aplicada a serviços e à transferência de tecnologia, dupla tributação entre o Brasil e vários países europeus e a complexidade do ambiente tributário. Isso também dificulta a internacionalização das empresas brasileiras.

Estes fatores impactam negativamente o custo do investimento no Brasil, restringem a transferência de tecnologia para o país, além de dificultar a consolidação do Brasil como um *hub* regional. Empresários brasileiros e europeus acreditam que o Conselho Brasil-UE de Investimentos e Tributos deverá ser o principal fórum para concentrar os esforços dos setores público e privado para melhorar o ambiente fiscal.

Os governos devem tomar medidas para eliminar barreiras existentes ao comércio e ao investimento.

O sistema regulatório geral de ambas as partes cria problemas para o investimento e o comércio bilaterais. Subsistem barreiras ou restrições a investimentos estrangeiros no Brasil e na UE para vários setores, especialmente em serviços. Na UE, as pesadas exigências da legislação, como o REACH (a regulação para produtos químicos) ou padrões sanitários e fitossanitários, podem dificultar o comércio. Com o intuito de mitigar esses efeitos, os governos deveriam:

- dar maior atenção à competitividade internacional nas fases preparatórias e de implementação da legislação européia.
- Promover ações em parceria com entidades locais para informar e instruir sobre novas regulações que possam impactar o comércio e os investimentos bilaterais.



5. ENERGIA E MUDANÇA DO CLIMA

A Cúpula de Copenhague, em dezembro de 2009, não produziu o avanço que os empresários brasileiros e europeus desejavam nas negociações climáticas. Ainda assim, permitiu que os atores mais importantes nessa negociação - entre os quais o Brasil e a União Europeia - reafirmassem compromissos de mitigação capazes de contribuir para evitar que a elevação da temperatura global não ultrapasse 2º C, em 2050.

O Brasil tem desempenhado um importante papel de liderança em relação às energias renováveis, em especial com etanol como combustível para automóveis. A UE também deu grandes passos na direção das energias renováveis especificamente com a estratégia de 2020 e com a iniciativa de matérias-primas. Contudo, permanecem muitas opções para trabalhar conjuntamente. Há possibilidades, por exemplo, para uma maior utilização de energias renováveis como matéria-prima na indústria da UE (especialmente no setor de produtos químicos). É preciso que haja acesso aos biocombustíveis à preços competitivos em bases permanente, uma vez que os custos de matérias-primas constituem uma parte considerável dos custos totais de produção. Essa política estaria em consonância com a abordagem da UE no que diz respeito ao fornecimento para a indústria de matérias-primas tradicionais com tarifas a zero ou com baixas tarifas de importação (por exemplo, de petróleo e naftaleno). Isso permitiria que as empresas europeias avançassem em suas metas de 2020. O Brasil é líder na produção de biocombustíveis e poderia se beneficiar substancialmente com este tipo de arranjo.

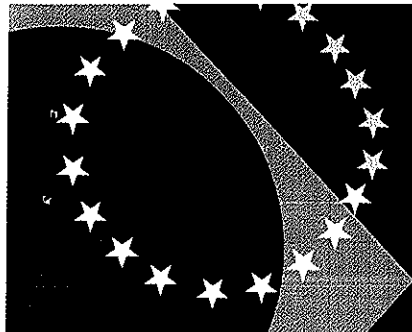
Brasil e UE devem unir esforços para que a Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima avance na direção de um acordo internacional abrangente e equilibrado.

As negociações prosseguem, com vistas à próxima Cúpula, que se realizará em Cancún, em dezembro de 2010. Os empresários brasileiros e europeus reconhecem que a conclusão de um acordo global nesta oportunidade é pouco provável. Ainda assim, consideram essencial que os governos enviem sinais claros e inequívocos de que se está avançando na direção de um acordo ambicioso e equilibrado na área de mudança climática.

Brasil e UE devem construir ambientes regulatórios favoráveis ao desenvolvimento de tecnologias limpas e à transição para uma economia de baixo carbono.

O papel do setor privado nos investimentos voltados ao desenvolvimento de novas tecnologias compatíveis com objetivos de mitigação e adaptação à mudança climática é crucial. Para viabilizar estes investimentos inovativos, o setor privado requer ambientes regulatórios e institucionais favoráveis. Regimes adequados de





4º Encontro Empresarial Brasil-UE

4th EU-Brazil Business Summit

direitos de propriedade intelectual, sistemas tributários e de financiamento estáveis e previsíveis constituem elementos essenciais para ambientes regulatórios que promovam a inovação e facilitem a transição para uma economia de baixo carbono.

O Brasil e a UE devem se opor à adoção de medidas de fronteira como forma de compensar as empresas domésticas pelos custos de seus esforços de mitigação das mudanças climáticas.

Propostas para instituir medidas comerciais de fronteira no contexto de políticas unilaterais de mitigação de mudanças climáticas podem produzir efeitos muito danosos para o comércio internacional e para os esforços de cooperação na área de mitigação do aquecimento global. Tarifas comerciais motivadas por políticas climáticas poderão levar a uma escalada de medidas e contramedidas de compensação comercial. Para reduzir a pressão política em relação a medidas de fronteira, nossos países devem aprofundar os seus esforços para desenvolver abordagens comuns para a mitigação de mudanças climáticas, especialmente para setores industriais intensivos em energia.

Políticas de incentivo aos esforços empresariais de mitigação devem levar em conta os acordos multilaterais na área de subsídios e evitar medidas que possam distorcer os fluxos de comércio internacional.

Muitas políticas de apoio às iniciativas de mitigação da mudança climática recorrem a mecanismos que podem ser caracterizados como subsídios específicos, à luz do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Brasil e UE devem unir esforços no sentido de pressionar, na OMC e no G20, pela adoção de certos princípios e regras a serem seguidas pelas políticas nacionais de forma a evitar a violação das disciplinas multilaterais.

Os empresários brasileiros e europeus instam a Parceria Estratégica Brasil-União Europeia a avançar em suas consultas com o setor privado para ampliar e aprofundar sua agenda, com vistas a melhoria geral do ambiente de negócios bilateral.

Carlos Mariani Bittencourt
Confederação Nacional da
Indústria

Jorge Rocha de Matos
Associação Industrial
Portuguesa, representando a
BUSINESSEUROPE

Pierre-Alain De Smedt
Federação de Empresas Belgas